

A FORMAÇÃO CONTINUADA COMO MEIO PARA O FORTALECIMENTO DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA: UMA EXPERIÊNCIA SENDO CONSTRUÍDA NA EXTENSÃO

Amanda de Almeida Soares; Mardem Ribeiro Barbosa

Instituto Federal do Espírito Santo- Ifes, amanda.soares@ifes.edu.br

Instituto Federal do Espírito Santo- Ifes, mardem.barbosa@ifes.edu.br

Introdução

A formação continuada para professores do ensino básico tem sua importância reconhecida e é amparada pela LDB 9.394/96, Art. 62 §1º “a União, o Distrito Federal, os Estados e Municípios, em regime de colaboração, deverão promover a formação inicial, a continuada e a capacitação dos profissionais do magistério”. Porém quando a formação continuada não se trata de uma prática corriqueira quando se trata de formar uma escola inclusiva.

A ideia de que a escola inclusiva é aquela que atende alunos com deficiência é um equívoco que permeia inclusive as instâncias gestoras das instituições de ensino, e tendo em vista que os professores que atendem diretamente os alunos com deficiência se especializam para tal, acreditam já estarem preparados para a inclusão. Quando retomamos a Declaração de Salamanca, percebemos que a visão precisa ser ampliada, pois a escola inclusiva conceituada pelo documento é a que se ajusta a todas as crianças “independentemente de suas condições físicas, sociais, lingüísticas ou outras” (SALAMANCA, 1994 p.6), explicitando ainda que a inclusão se refere a crianças em situação de risco social, as que trabalham, as que vivem em locais remotos e nômades e as que pertencem a grupos de minoria lingüística, étnica ou cultural.

Ainda neste documento, do qual o Brasil é membro signatário e tem se comprometido a partir dele a cumprir suas metas no sistema educativo, prevê-se que a mudança necessária às escolas é sistêmica e que a formação inicial e continuada dos professores precisa ser pensada de forma a construir uma escola realmente inclusiva, considerando como “mérito destas escolas o fato de serem capazes de proporcionar uma educação de qualidade a todas as crianças” (SALAMANCA, p.11). Reafirmando esta compreensão, temos no texto de Rosita Édler (2005 p.1) as palavras de Eric Plainsance (2004) “a inclusão não depende de si mesma, pois ela é um novo desafio que demanda a clarificação dos meios de ação que viabilizem a transformação das escolas”, o que certamente passa pela reflexão sobre o trabalho docente e suas práticas no processo de ensino e aprendizagem.

Quando se trata de educação continuada de profissionais, as Universidades Públicas são, sem dúvida referência no país, entretanto, desde 2008 com a promulgação da lei 11892 de 29 de dezembro, a qual Instituiu a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, criando os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, (IF), também estes passaram a figurar como atores importantes neste nicho da Educação, o que fica claro no inciso II do artigo 7º da referida lei, também seria uma atribuição dos Institutos, “... ministrar cursos de formação inicial e continuada de trabalhadores, objetivando a capacitação, o

(83) 3322.3222

contato@cintedi.com.br

www.cintedi.com.br

aperfeiçoamento, a especialização e a atualização de profissionais, em todos os níveis de escolaridade, nas áreas da educação profissional e tecnológica” (BRASIL, 2008).

Uma das estratégias traçadas pelos Institutos, para suprir esta demanda, foi a criação do Setor de Extensão, que aplicada aos princípios de funcionamento dos IF, é caminho notável no que tange ao aperfeiçoamento profissional e desenvolvimento de grupo de trabalhadores em áreas específicas. O que já era previsto em lei, “IV - desenvolver atividades de extensão de acordo com os princípios e finalidades da educação profissional e tecnológica, em articulação com o mundo do trabalho...” (IDEM).

Na atuação do Setor de Extensão, os eixos profissionalizantes naturais do ensino regular de determinada unidade de um IF são premissa para a oferta de ações voltadas ao público externo, porém, permite-se extrapolar para áreas não necessariamente atreladas às linhas naturais dos cursos regulares, ampliando o escopo de atuação do IF e atendendo mais amplamente aos anseios das comunidades por ele atendidas.

Com a perspectiva apresentada e com a intenção de contribuir para o fortalecimento da educação básica, de forma a que se torne realmente inclusiva, na região em que está inserido o Ifes Campus Ibatiba, é que foi proposto o “Programa de Apoio a Educação Inclusiva e de Qualidade”, que dentre suas ações oferta o curso de formação continuada para professores das redes municipais de quatro cidades da região. Com o início desta ação de formação em serviço, buscou-se compreender o que os professores inscritos pensam sobre a necessidade de participar em formações e analisar o nível de escolaridade do grupo, para que se possa avaliar as reais necessidades do magistério com relação às formações de desenvolvimento profissional.

Metodologia

A partir do curso de formação continuada para professores, chamado “Construir novas práticas, somar novos saberes”, que contando com a parceria das secretarias de educação de quatro municípios, ofertou duzentos e quarenta vagas, que foram preenchidas por professores inscritos em três eixos de formação diferentes: Educação Infantil, Ensino Fundamental (4º e 5º anos) e Educação Especial (sala de recursos multifuncional), buscamos analisar e compreender as relações entre a formação inicial e continuada dos professores e seu desenvolvimento profissional e práticas em sala de aula.

Para que pudéssemos analisar o nível de escolaridade dos profissionais inscritos, aplicamos um questionário de avaliação inicial do curso, no qual eram pedidas informações sobre a formação e atuação profissional, e com duas perguntas abertas para opinarem sobre a importância da formação continuada e suas expectativas quanto ao curso.

E para que se pudesse quantificar e analisar, a primeira informação, classificamos as respostas por nível de ensino/formação, porém incluindo nos níveis a situação de estudante de graduação. As perguntas abertas, por serem próprias para repostas qualitativas, buscamos analisar e enumerar os fatores que levam o profissional a inscrever-se em cursos de formação continuada e a importância dada a estes momentos formativos.

Resultados e Discussão

Realizadas as análises propostas, tivemos dentre os questionários respondidos os seguintes resultados: 78% dos cursistas são formados em nível de especialização; 6% são formados em nível de graduação; 8% são estudantes de graduação e 8% são formados em nível médio. A maioria considera ser importante o professor estar em constante formação, enumeramos os motivos citados: busca por novos conhecimentos; aperfeiçoamento da prática em sala de aula; crescimento profissional; momento de troca de experiências; busca por novas idéias, metodologias, estratégias ou inovação no ensino; necessidade de atender às dificuldades de seus alunos; busca pela reflexão sobre a própria prática e mudança de postura; necessidade de aumentar a qualidade do ensino.

Tendo em vista que também os profissionais contratados como monitores, ou assistentes, foram aceitos nos cursos, pode-se perceber que o nível de formação acadêmica é bem elevado, segundo Demo (2007 *apud* SILVA; OLIVEIRA, 2014 p.75) “investir na qualidade da aprendizagem do aluno é, acima de tudo, investir na qualidade docente”, entendimento que também vemos ser citado entre os questionários. Assim como, percebe-se que os profissionais compreendem a necessidade de abrir-se para o novo, de buscar uma mudança em sua prática e a necessidade de constante busca pelo conhecimento, para o aperfeiçoamento profissional.

Porém, fica o questionamento, que esperamos ver respondido ao final do curso ofertado: que mudança, a compreensão da necessidade de rever seus conceitos e prática, pode trazer para a realidade vivida destes profissionais?

Conclusões iniciais

A região, que o Ifes Campus Ibatiba atende, apresenta alto índice de reprovação e baixo IDH, as redes municipais de ensino dispõem de recursos limitados, tanto em relação a contratação de profissionais, quanto com relação as estruturas físicas de suas escolas. As ações de extensão têm por finalidade atender a comunidade, sendo assim, reuniões foram realizadas com as secretarias municipais de educação para que se pudessem levantar suas necessidades, e produzirmos respostas em apoio.

Dentre as demandas levantadas pelas secretarias municipais de educação, estava a falta de cursos de formação continuada para seus professores, a dificuldade de muitos profissionais do magistério em aceitar a proposta inclusiva e a pouca formação dos profissionais contratados para atender ao público alvo da educação especial, tanto em salas de recursos multifuncionais, quanto os que acompanham os alunos em sala de aula (intérpretes de Libras e assistentes de alunos). Em resposta a estas demandas é que se planejou e organizou o referido programa de extensão, que como ação inicial, propôs o curso de formação continuada para professores com base em metodologias ativas e nas concepções de educação “libertadora” e de “reflexão sobre a práxis”.

Compreendemos que “a inclusão educacional exige que expliquemos dificuldades escolares não só tendo os alunos como focos, mas considerando-se as limitações existentes em nossos sistemas de ensino e em nossas escolas” (CARVALHO, 2005 p.5). Essas limitações são sentidas principalmente pelos professores que lidam diretamente tanto com os alunos, quanto com o sistema educativo que não fomenta uma prática educativa centrada na criança.

(83) 3322.3222

contato@cintedi.com.br

www.cintedi.com.br

tampouco uma *cultura para o pensar*. A Declaração de Salamanca, em 1994, já previa a necessidade de ampla mudança, em nível de estrutura educativa, trazendo que,

A maioria das mudanças necessárias não se relacionam unicamente com a inclusão das crianças com necessidades educativas especiais, antes fazem parte duma reforma educativa mais ampla que aponta para a promoção da qualidade educativa e para um mais elevado rendimento escolar de todos os alunos (IDEM p.21)

Ainda assim, nós acreditamos na inclusão e trabalhamos para que a qualidade de nossas escolas seja ampliada, construindo com os professores novas práticas, por meio de reflexões “sobre aspectos que vão desde a arrumação da sala de aula, até o desenvolvimento da aprendizagem cooperativa, com ênfase para a cultura do pensar” (CARVALHO, 2005 p.5). Inspirados por Nóvoa (1991), que em suas proposições sobre a profissão docente, diz que,

A formação deve estimular uma perspectiva crítico-reflexiva, que forneça aos professores os meios de um pensamento autónomo e que facilite as dinâmicas de auto-formação participada. Estar em formação implica um investimento pessoal, um trabalho livre e criativo sobre os percursos e os projectos próprios, com vista à construção de uma identidade, que é também uma identidade profissional. (IDEM p.13)

Referências

BRASIL. Lei nº 11892 de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia e dá outras providências. Brasília, DF, dez 2008.

CARVALHO, Rosita Édler. Educação Inclusiva: do que estamos falando?. Revista do Centro de Educação: Cadernos, n. 26, ed. 2005.

GAMA, Maria Eliza; TERRAZAN, Eduardo A. Características da formação continuada de professores nas diferentes regiões do país. In: Reunião Anual da Anped, 30ª, 2007, Caxambu/MG. Anais. Disponível em:
<<http://www.anped.org.br/reunioes/30ra/trabalhos/GT08-3846--Int.pdf>>

NÓVOA, António. Formação de professores e profissão docente. Comunicação apresentada no 1º Congresso Nacional da Formação Contínua de Professores (Formação Contínua de Professores: Realidades e Perspectivas). Aveiro: Universidade de Aveiro, 1991. Disponível em: <<https://core.ac.uk/download/pdf/12424596.pdf>>

SILVA, Ana Maria; OLIVEIRA, Marta Regina Furlan de. A relevância da formação continuada do (a) professor (a) de educação infantil para uma prática reflexiva. IN: III Jornada de didática: Desafios para a docência e II Seminário de pesquisa CEMAD, 2014.

VERDUM, Priscila de Lima. Formação Continuada de professores da educação básica: políticas e práticas. Dissertação (Mestrado em Educação). Pontífica Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, p.187. 2010.